

O discurso de vereadores de um município do Estado de Minas Gerais: aproximações com a representação teatral e distanciamento da dialogicidade

The discourse of aldermen of a town in Minas Gerais:
Proximity to theatrical performance and distance from dialog

Juliana Cristina Teixeira¹
julianacteixeira@yahoo.com.br

Priscila Gomes de Araújo²
priscila2210@yahoo.com.br

Mariana Pereira Chaves Pimentel³
marianachaves82@yahoo.com.br

Flávia Luciana Naves Mafra⁴
flanaves@dae.ufla.br

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo realizar uma análise crítica da postura de vereadores de um município do estado de Minas Gerais por meio do diálogo entre diferentes perspectivas teóricas. Demonstra a aproximação da representação política com a representação teatral, recorrendo, para tanto, a uma postura epistemológica crítica. Utiliza-se a noção de representação política como encenação, ou seja, como um teatro político ou teatro social, em que os políticos eleitos acabam assumindo o papel de tomadores de decisões em lugar dos cidadãos, e esses, por sua vez, assumindo o papel de simples espectadores. Acredita-se que o propósito da representação por parte do representante tenha a intenção de dirigir e regular a impressão que os representados possam vir a fazer deles, por meio do controle de expressões. Essas ideias são apoiadas por Rousseau (1978), que sugere um paralelo entre a representação parlamentar e a moderna representação teatral, adotando uma postura crítica em relação a ambas. Para a pesquisa em questão, adotou-se uma metodologia qualitativa, com a utilização de roteiros semiestruturados de entrevistas. Como resultado das análises do discurso dos vereadores, observou-se que, de fato, o comportamento dos mesmos evoca elementos de uma representação teatral, que se demonstram ainda mais intensificados quando os vereadores discutem sobre a transmissão pela TV das sessões da Câmara Legislativa. Assim, considera-se que tal comportamento provoque um distanciamento de uma representação pública que garanta a dialogicidade no processo decisório, ou seja, que esteja próxima da vontade dos representados.

Palavras-chave: representação, teatro, vereadores.

Abstract

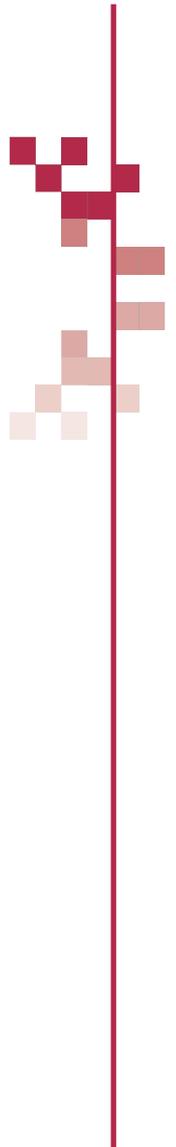
This study performs a critical analysis of the posture of aldermen of a town in the state of Minas Gerais through a dialogue between different theoretical perspectives. It demonstrates the proximity of political representation to theatrical performance, using a critical

¹ Doutoranda em Administração pelo Centro de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD/UFMG). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras (PPGA/UFLA). Av. Antônio Carlos, 6627, Edifício FACE, Sala 4071, Campus Pampulha, 31270-901, Belo Horizonte, MG, Brasil.

² Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras (PPGA/UFLA). Pós-Graduada em MBA em Gestão Empresarial pela Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha. Graduada em Administração de Empresas pela Universidade de Marília (UNIMAR). Campus Universitário da UFLA, s/n, DAE, 37200-000, Lavras, MG, Brasil.

³ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras (PPGA/UFLA). Bacharel em Planejamento Integrado do Turismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Rua José Lourenço Kelmer, s/n, Campus Universitário, Bairro São Pedro, 36036-900, Juiz de Fora, MG, Brasil.

⁴ Professora adjunta do curso de Administração da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras. Campus Universitário da UFLA, s/n, DAE, sala B104, 37200-000, Lavras, MG, Brasil.



epistemological posture. It uses the notion of political representation as staging, or as political theater or social theater, in which elected politicians end up assuming the role of decision makers, instead of the citizens, and the latter, in turn, end up assuming the role of spectators. The purpose of the performance by the aldermen is to direct and regulate the impression that the citizens might make of them, through the control of expression. These ideas are supported by Rousseau (1978), who suggests a parallel between parliamentary representation and the modern theatrical performance, adopting a critical stance toward both. The study adopted a qualitative methodology, using semi-structured interviews. The analysis of the aldermen's discourse shows that, in fact, their behavior evokes elements of a theatrical performance, which become more intense when they discuss the television broadcasting of the town council's sessions. Thus, it is considered that such behavior is distant from a public representation that ensures a dialogical decision-making process, i.e., that is close to the will of the represented ones.

Key words: representation, theater, aldermen.

Introdução

Eu procuro diferenciar às vezes o V3 representante e o V3 pessoa, como que eu posso te explicar isso [...] eu procuro sentir na pele aquilo que eles sentem, quando eu tô reunido no meio, quando eu vou representar e falar no nome deles, eu procuro sentir, eu procuro representar [...] (Vereador de um município de Minas Gerais).

[...] prevalece para o ator a necessidade de revelar a dimensão dos sentimentos, dos estados de alma, das intenções, dos pensamentos etc., da personagem (Martin, 1990, p. 18, discutindo sobre o processo de preparação de um ator).

A representação, no sentido *lato sensu*, sentido amplo e trivial, refere-se à ideia de *estar em lugar de* (Mendonça, 2004; Pitkin, 1967; Araújo, 2006). Ou seja, é o anúncio de um paradoxo, a presença de uma ausência (Mendonça, 2004). Enfatizando a dimensão jurídica do conceito de representação, seria a ideia de *agir no lugar de* (Araújo, 2006).

Em se tratando especificamente de representação política, remete à noção de mediação, sendo que

[...] entre o representado e seus interesses interpõe-se, portanto, o representante e sua legitimidade mediadora. O que parece relevante afirmar neste ponto é que a relação de mediação ocorre entre duas identidades particulares. Ambas são particulares (representante e representado), pois guardam em si necessidades que lhes são próprias, idiossincráticas e que, não raramente, podem estar inicialmente dissociadas. Ocorre que, no momento em que uma identidade passa a representar a outra, seus interesses convergem para um ponto em comum (ou vários pontos em comum) e nesse sentido surge a mediação (Mendonça, 2004, p. 81).

Os vereadores, ocupantes do Poder Legislativo, têm como função, desde a Constituição Federal de 1988, representar diretamente os cidadãos naquilo que envolve as questões de interesse local por meio da criação de leis. É função também dos vereadores fiscalizar o Poder Executivo Municipal, com o intuito

de averiguar se aquilo que foi criado em lei está sendo colocado em prática de forma adequada (Hermany e Frantz, 2008).

Sposti (1983, p. 38) lembra ainda que o vereador tem o dever de "conhecer a fundo o Regimento Interno, assimilando principalmente as normas éticas parlamentares que nele se contêm, e conduzindo-se rigorosamente em conformidades com elas". Considerando que o vereador é aquele que, muitas vezes, determina o que o prefeito pode ou deve fazer e fiscaliza sua atuação, o mesmo possui uma ética específica, ou seja, "devido a seus vínculos político-partidários, os(as) vereadores(as) devem, legitimamente, representar e fazer valer os interesses particulares emergentes daqueles que eles representam" (Marques, 2009, p. 280). Marques (2009) afirma ainda que, quando o vereador usa de uma responsabilidade ética em suas ações, ações essas reduzidas aos interesses corporativos e pessoais escusos, ele permite que prevaleça os interesses que ele representa. Para tal, o autor coloca que é preciso que os vereadores "sejam capazes de compartilhar e submeter, em última instância, esses interesses aos interesses coletivos de toda a municipalidade" (Marques, 2009, p. 280).

Para Santana (1995), a função do vereador é de derradeira importância, pois é ele quem tem o dever de representar os anseios e aflições do povo, de forma que busque por meio da criação de leis saciar os interesses dos cidadãos e de sua cidade. Para Hermany e Frantz (2008, p. 6193) "os vereadores devem caminhar com os cidadãos, aproximando-os do Legislativo e possibilitando a sua participação".

Dessa forma, escolhidos pela população para esta função de mediação, diz-se que "a função da eleição seria autorizar o corpo legislativo a agir e falar em nome dos cidadãos que o elegerem" (Araújo, 2006, p. 252). A representação parlamentar sofre significativa crítica do filósofo genebrino, escritor e teórico político Rousseau (1978). Em um sentido analítico ou lógico de sua crítica, o teórico enxerga tal representação como uma usurpação da soberania do povo, afirmando que o poder pode ser transferido, mas não a vontade, pois a vontade não seria dissociável do sujeito que a tem. Já em um sentido substantivo e histórico, Rousseau enxerga essa representação como uma

especialização inaceitável no que se refere à cidadania, já que há um crescente papel do dinheiro para viabilizar a estrutura da representação, o que se efetiva pela cobrança de impostos (Araújo, 2006).

Assim, os políticos eleitos para o legislativo acabam assumindo um sentido negativo de representação, ao "se especializarem em tomar decisões cruciais [...] em lugar dos cidadãos-eleitores que, a fim de se desvencilharem de seus deveres maiores como cidadãos, pagam para que outros os cumpram em seu nome" (Araújo, 2006, p. 253). Apesar da crítica negativa, diante de situações mais concretas, o pensamento de Rousseau (1978) se mostra mais flexível, admitindo a inevitabilidade da representação em grandes Estados. Porém, continua destacando pontos possivelmente negativos, como a facilidade que os representantes apresentam de serem corrompidos, considerando ser difícil que isto não ocorra (Rousseau, 1978).

Como já foi explicitado, representar envolve a noção de estar ou agir no lugar de algo ou de alguém. Araújo (2006, p. 231-232) chama atenção para a ideia de deslocamento que a representação sugere, decorrendo provavelmente na incorporação de pensamentos, desejos e interesses de um estranho, o que também se relaciona ao surgimento do teatro grego. Dessa forma, há na literatura indicações de aproximações entre a representação política e a representação teatral, sendo este o foco de análise deste artigo.

O presente estudo é fruto de um desdobramento advindo de outra pesquisa realizada com o objetivo de analisar o conteúdo do discurso de vereadores de um município de Minas Gerais para analisar suas aproximações e resistências com os pressupostos da gestão social (Pimentel *et al.*, 2010). O novo enfoque representado pelo presente artigo originou-se da própria interação pesquisador-entrevistado no campo, por meio de observações das entrevistas e de um contato mais próximo com a realidade estudada. Observaram-se, durante as entrevistas, certos elementos próximos a uma representação teatral por parte dos

vereadores do município estudado, o que aguçou nos pesquisadores a busca pelo assunto na literatura.

Assim, inicia-se a discussão que o presente artigo visa a empreender sobre a aproximação da representação política com a representação teatral, temáticas que serão tratadas no referencial teórico e na análise do discurso dos vereadores entrevistados. O artigo está estruturado por meio de seções que discutem a representação política como encenação e o papel da TV no processo de representação política (teatral); apresentam a metodologia de pesquisa adotada; discutem os resultados e tecem, por fim, as considerações finais do estudo.

Representação política como encenação: o teatro político

[...] a língua alemã tem três palavras – vertreten, darstellen e repräsentieren – que geralmente são traduzidas pela palavra inglesa represent, [...] para quem fala em inglês, o modo pelo qual uma pintura, um pintor ou um ator de palco representam e o modo pelo qual um agente ou um legislador eleito representam, obviamente, estão ligados ao mesmo conceito (Pitkin, 1967, p. 16).

Em primeiro lugar, encontram-se na literatura relações estabelecidas entre o teatro e a Sociologia Política, em que se exploram as interfaces entre esta e o conceito de performance. Teixeira (1998) afirma que a Sociologia Política é uma das áreas mais férteis de aplicação da perspectiva dramática. Dentre tais relações, está a que Carlson (1996) propõe, representada pela Figura 1.

Como se observa, considera-se que o ator social utiliza as técnicas derivadas do teatro para sustentar suas ações sociais. Estas, por sua vez, constituem-se em matéria-prima para o ator teatral na produção do drama estético (Carlson, 1996). Goffman (1999, p. 71) ressalta o paradigma teatral como um artifício na vida social, considerando que "o mundo todo não constitui evi-

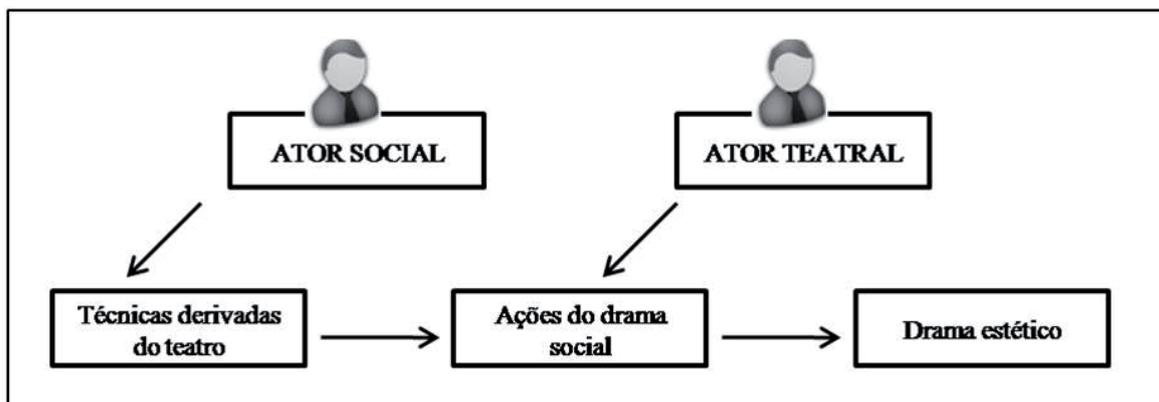


Figura 1. Esquema fornecido pela conjugação entre a análise dramática e a teoria sociológica.

Figure 1. Outline provided by the combination between dramaturgical analysis and sociological theory.

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Carlson (1996).

dentemente um palco, mas não é fácil especificar os aspectos essenciais em que não o é". Nesse sentido, Borreca (1993) afirma que representação política é representação teatral, e Teixeira (1998), que "uma sociedade política passa a existir quando se articula e produz uma representação, isto é, se organiza como teatro, endereçado a um palco no qual os representantes podem realizar a sua performance".

Quando se considera a aproximação da vida social com o teatro, sob a perspectiva apresentada por esses autores, adota-se então o domínio paradigmático da teatrocracia, que estuda o teatro na vida. A noção, segundo Teixeira (1998), tem seus antecedentes no político e historiador Machiavelli (1469-1527), para quem a política, enquanto arte de obtenção e manutenção do poder, torna-se uma arte dramática representada para um público; e o ofício de palco com o ofício de Estado estão intimamente relacionados.

Desse modo, partindo especificamente para a associação da representação política com a teatral, não é novidade a consideração de uma aproximação entre aquela com o trabalho de atores em encenações dramáticas. Vários são os autores que destacam a mesma, analisando criticamente a postura de representantes políticos.

Nesse sentido, Hobbes (1983) já chamava a atenção para a aproximação existente entre o surgimento do teatro e da *polis* grega:

Ao representar, procuramos nos distanciar de nós mesmos e, talvez, também daqueles que nos são muito próximos, para, através de gestos, discursos etc. abarcar ou incorporar o estranho (seus pensamentos? desejos? interesses?). Mas essa bem pode ter sido a atividade inaugural da política: estudos de historiadores-antropólogos [...] sugerem que o surgimento da polis grega possibilitou um modo de superar os aspectos tribais ou de clã [...] de uma etapa anterior de sua civilização, e assim fundar uma associação mais inclusiva. Será coincidência que, mais ou menos nessa mesma época, o teatro grego tenha sido inventado? [...] essa conexão não deixou de escapar a Thomas Hobbes. Ao falar da pessoa do soberano como um representante, no tão citado capítulo XVI do Leviatã, eis as suas observações preliminares: "A palavra pessoa é de origem latina. Em lugar dela os gregos tinham prósopon, que significa rosto, tal como em latim persona significa o disfarce ou a aparência exterior de um homem, imitada no palco. E por vezes mais particularmente aquela parte que disfarça o rosto, como máscara ou viseira. E do palco a palavra foi transferida para qualquer representante da palavra ou da ação, tanto nos tribunais como nos teatros. [...] E personificar é representar, seja a si mesmo ou a outro; e daquele que representa outro diz-se que é portador de sua pessoa, ou que age em seu nome [...] Recebe designações diversas, conforme as ocasiões: representante, mandatário, [...] deputado, [...] ator, e outras semelhantes" (Hobbes, 1983, p. 96).

Goffman (1999) também desenvolve um conceito de representação e Debord (1997) de espetáculo que auxiliam na compreensão da discutida aproximação. O primeiro compara a vida cotidiana dos indivíduos a uma representação teatral,

considerando que os mesmos se apresentam uns aos outros por meio de papéis e simulações conscientes. Assim, compreende a interação social por meio de princípios dramáticos, alegando que,

[...] dessa maneira, assim como acontece no teatro, atuamos para regular e dirigir as impressões que os outros formam a nosso respeito. Não havendo interação sem representação de papéis, a atuação na esfera política também é revestida de um caráter teatral (Grohmann e Ferreira, 2009, p. 2).

Da mesma forma, Teixeira (1998) afirma que o domínio paradigmático da teatrocracia considera então que "a vida em sociedade é teatro e, portanto, a vida política também é teatral e o domínio do teatro pode ser chamado de teatrocracia". Assim, na literatura, encontram-se associações da atuação na esfera pública com a noção de espetáculo (Debord, 1997; Schwartzberg, 1977; Grohmann e Ferreira, 2009), em que "a realidade surge no espetáculo e o espetáculo é real. Essa alienação recíproca é a essência e a base da sociedade existente" (Debord, 1997, p. 15). Nesse sentido, Schwartzberg (1977) afirma que o espetáculo está no poder e que a política-espetáculo favoreceu a personalização do poder, assim a esfera política se torna cena lúdica. "E, na personalização do poder, existe algo de teatral" (Grohmann e Ferreira, 2009, p. 3). Assumindo personagens, há alguns papéis típicos de políticos (Schwartzberg, 1977), em que "confunde-se o mandato e o espetáculo, a democracia representativa e o teatro" (Grohmann e Ferreira, 2009, p. 3).

Contudo, torna-se importante relativizar tal aproximação da interação social com a representação teatral. O próprio Goffman (1999) reconhece que essa é apenas uma analogia, que implica descartar alguns aspectos, pois não há apenas fingimento na interação social. O que ocorre, explicitamente, por parte dos atores sociais, é um propósito de dirigir e regular a impressão que as pessoas fazem deles, o que é feito por meio do controle de expressões. E é exatamente esse controle que pode ser compreendido por meio da analogia com a atuação teatral (Gomes, 2004). Assim,

[...] como produzimos o tempo todo informação sobre nós mesmos, conscientemente ou não, [...] o controle das nossas expressões torna-se decisivo para a nossa existência social. Por outro lado, porque reconhecemos que há um jogo social sendo jogado, tentamos descobrir o tempo todo o que os outros realmente são e esperamos produzir opiniões adequadas sobre eles, procuramos, em suma, estar no controle do processo interpretativo, controlar as suas expressões, separando as autênticas das fingidas, para controlar as impressões que os outros nos causam. Interagir, portanto, é atuar e assistir a atuações. Interpretação. No duplo sentido da palavra, como representação do ator e como decifração da plateia (Gomes, 2004, p. 9).

Assim, Gomes (2004) ressalta que considerar a dramaturgia política é inevitável, já que

[...] só alguma espécie de solipsismo político ou de autismo civil, portanto, de desconexão patológica do corpo social, poderia dispensar a interação e as necessidades de controle da informação e da comunicação sobre os sujeitos em contato. O campo profissional da política, porque tem todo o conjunto da sociedade como clientela e audiência, depende, talvez mais do que qualquer outro, de comunicação, de conexão com toda a sociedade e, portanto, está todo o tempo envolvido em processos de interação social. Como não há interação sem representação de papéis, é um descomunal contra-senso imaginar uma sociedade com um grau zero de teatralização do poder [...] (Gomes, 2004, p. 10).

O processo de controle das impressões ocorre também porque "a conversa, por exemplo, dificilmente poderia acontecer se de cada parte não houvesse a disposição para trazer para dentro de si os pensamentos alheios – e também [...] os sentimentos – para então compreender o que estaria em jogo" (Araújo, 2006, p. 232). Reforçando ainda mais a aproximação da interação social com o teatro, afirma-se que foi exatamente esta compreensão alheia que permitiu ao teatro grego a invenção do ator.

Rousseau também corrobora a perspectiva que aqui se discute especificamente em relação ao contexto analisado dos vereadores, pois sugere um paralelo entre a representação parlamentar e a moderna representação teatral, adotando uma postura crítica em relação a ambas. Critica negativamente o drama moderno, no seu embasamento em uma relação comercial estabelecida entre espectador e pagante, adepto a lugares fechados, em contraposição ao teatro antigo, mais especificamente o grego, baseado em encenações públicas e abertas. Nesse sentido, considera, assim como Araújo (2006), um desafio atual e futuro para a representação política, que é o perigo de que a cena pública se feche em si mesma, sem a real participação dos espectadores e de seus conflitos sociais.

Por outro lado, pode-se questionar se a racionalização política característica do desenvolvimento do Estado e da cidadania moderna não acabou com tais costumes teatrais na política. Porém, considera-se que as sociedades contemporâneas apenas aparentam estar distantes dessa tradição do teatro na política, pois há uma mudança no modo de representação, mas não em sua essência. Assim,

[...] no modo democrático de governo, baseado em representação política onde o poder resulta da regra majoritária, as potencialidades dramáticas parecem menos intensas do que em outras naturezas de regime, tais como os totalitaristas. No entanto, a democracia não deixa de armar seu palco para a arte da persuasão e da capacidade de criar efeitos que favoreçam o reconhecimento do representado ao representante (Fonseca, 2007, p. 175).

Mais ainda, um elemento se adiciona à política contemporânea para influenciar a teatralização da política: o desenvolvimento dos meios de comunicação em massa. Desse modo, tal política continua sendo espetacular porque providencia fatos dotados de características de visualidade plena potencializada

ainda pela comunicação de massa, principalmente a televisão (Grohmann e Ferreira, 2009). E é reconhecendo esse caráter novo proporcionado pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, mais especificamente, do crescimento do uso da TV na política (inclusive de pequenas cidades), que se insere a discussão do papel da mesma na intensificação da representação política assumindo formas de representação teatral.

O papel da TV no processo de representação política (teatral)

O desenvolvimento dos meios de comunicação afetou os modos de interação social, introduzindo não só novos tipos de relações sociais, como também novos tipos de representação (Thompson, 1998). Nesse contexto, a televisão passou a ocupar uma posição de destaque na construção de imagens políticas, colaborando "ativamente na construção da perspectiva a partir da qual cada pessoa confere significado ao mundo, define a agenda pública e fornece explicações que fundamentam a ação" (Aldé, 2004, p. 176). A centralidade da TV passou a tornar fértil o exercício da já comentada personalização do poder (Grohmann e Ferreira, 2009).

Com a importância da televisão, a personalização da política, e a consideração de que as pessoas comumente representam em sua vida social, Grohmann e Ferreira (2009) questionam então em que medida os políticos se utilizariam ou aproveitariam a lógica dos meios de comunicação para construir uma *persona*, interpretando um papel. Não se pretende responder a tal questionamento precisamente neste artigo, nem mesmo os discursos dos vereadores permitem a apreensão de tal dimensão. Porém, ampliar a discussão sobre a questão é algo que se considera válido dentro dessa perspectiva.

Quando se insere a câmera na discussão, parte-se também para uma discussão relacionada à representação cinematográfica. A teoria dramaturgica considera a câmera como principal instrumento de construção da cena cinematográfica. Diz-se ainda que, desde que a câmera esteja presente, as pessoas fazem teatro, representam algo, deixando de ser um mero registro e tornando-se cena (Ribeiro, 2009).

Bourdieu (1989) também contribui para a caracterização do papel da mídia, como a TV, o rádio e a imprensa escrita, na construção do que conceitua como capital político, considerando que este seja acumulado simbolicamente por meio de procedimentos baseados no reconhecimento de créditos por agentes participantes de um jogo de forças. Destaca a existência de investimentos sedutores para conquistar afetivamente o receptor por meio da fabricação e apropriação de imaginários.

A mídia, e conseqüentemente a TV, se insere então em um contexto de emergência de um novo mundo midiático, o qual não é nenhuma novidade, visto que hoje a informática assume liderança nessas inovações. Porém, o foco da pesquisa direciona-se para a TV, já que a transmissão do que ocorre na Câmara Legislativa do município estudado passou recentemente a ocorrer por meio desta.

Na discussão sobre a representação política assumindo características da representação teatral, já foi explicitado, portanto, que a política recorre às encenações e papéis sociais especializados. O que ocorre com a importância da TV no cenário político e a efetivação de uma sociedade midiaticizada é uma alteração na potência e na modalidade do acionamento da dimensão espetacular da política (Rubim, 2002).

Vale ressaltar que a introdução específica da discussão do papel da TV neste processo não foi algo planejado anteriormente à realização das entrevistas com os vereadores. Pois foram justamente os resultados das entrevistas que apontaram o destaque que os parlamentares dão à implantação de uma TV local especificamente direcionada para as transmissões referentes à Câmara Municipal. Desse modo, assume-se que a pesquisa não possui um caráter linear, principalmente considerando sua postura teórico-crítica, a qual implica constante reflexividade ao longo de sua condução.

Metodologia

Buscando adequação metodológica com a postura epistemológica crítica adotada neste artigo, e também se considerando o objeto de pesquisa, foi adotada uma abordagem qualitativa. A metodologia qualitativa não conduz medições e nem quantificação de resultados, buscando obter dados descritivos sobre as pessoas, lugares e processos interativos, e permite também um contato direto do pesquisador com o fenômeno (Godoy, 1995). Buscou-se, dessa forma, a compreensão dos fenômenos estudados por meio da perspectiva de seus próprios participantes e sujeitos. Adotando uma perspectiva crítica, a metodologia qualitativa se revelou adequada por rejeitar a redução das pessoas e do ambiente estudado a variáveis, propondo uma análise mais holística (Godoy, 1995). Além de tais fatores, o fato do presente enfoque de análise ter se originado após o contato com o campo por meio de observações das pesquisadoras faz com que a perspectiva qualitativa e interpretativa dos dados seja privilegiada.

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas individuais por meio de roteiros semiestruturados, que foram submetidos a seis vereadores de um município do Estado de Minas Gerais. As entrevistas foram realizadas individualmente, e a maior parte delas foi realizada no local de trabalho dos respectivos vereadores; somente algumas foram feitas na Câmara dos Vereadores. Todas as entrevistas foram gravadas com a autorização dos entrevistados. Optou-se pela entrevista realizada com, no mínimo, duas pesquisadoras, para que a condução da entrevista pudesse privilegiar também uma observação maior da reação dos entrevistados. Além disso, privilegiou-se o não conhecimento prévio, por parte dos vereadores, do conteúdo do roteiro de entrevista, o que foi solicitado por apenas um dos vereadores no momento de sua realização.

Durante as entrevistas, buscou-se a adequação do roteiro às especificidades observadas pelas pesquisadoras em relação a cada vereador. O município estudado possui apro-

ximadamente 92 mil habitantes (IBGE, 2010) e, proporcionalmente, 10 vereadores. Ainda, possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 0,819 (PNUD, 2000). Assim, foram entrevistados 60% dos vereadores da cidade, sendo este apenas um dado complementar, visto que "a metodologia qualitativa em ciências sociais não considera necessário a interrogação de grande número de sujeitos" (Pierini e Lima, 2001, s.p.). Além disso, o número de sujeitos da pesquisa depende, sobretudo, do método de análise empregado e do tipo de utilização que se quer fazer dos resultados (Ghiglione e Matalon, 1998).

Segue-se, então, a apresentação e análise dos resultados sob o novo enfoque dado às entrevistas realizadas.

A aproximação do discurso de vereadores de um município do estado de Minas Gerais com a representação teatral

Antes de proceder às análises dos discursos dos vereadores, torna-se importante destacar que, conforme resultados da pesquisa, quase todos os vereadores do município não vivem, conforme Weber (2000) define, da política, ou seja, não dependem economicamente da mesma, já possuindo outras profissões que conduzem simultaneamente com o exercício da função de vereador. Apenas um dos vereadores, que inclusive foi entrevistado (V4), vive exclusivamente da política, tendo abandonado suas atividades anteriores para tal. Além disso, formou-se em Direito durante suas atividades como vereador, sem exercer a profissão, considerando a mesma como algo que venha a beneficiá-lo enquanto político.

Dessa forma, observa-se a preponderância, no legislativo do município analisado, de políticos que vivem para a política, o que faz com que o papel de vereador não seja algo natural em suas vidas, ou seja, torna-se uma atividade complementar, já que continuam exercendo sua profissão principal, que já era fonte de renda para os mesmos. Explicitando melhor a diferença entre viver da política e para a política, Weber define o seguinte:

Há duas maneiras de se fazer da política uma profissão: Ou se vive "para" a política... ou, então, "da" política [...]. Quem vive "para" a política faz "disso a sua vida" num sentido interior: Ou desfruta da mera posse do poder que exerce ou sustenta o seu equilíbrio interior e a sua dignidade própria com a consciência de dar um sentido à sua vida, graças ao serviço prestado a uma "causa". Neste sentido íntimo, talvez qualquer pessoa honesta, que viva para uma causa, viva também dessa causa. A distinção relaciona-se, pois, com um lado muito mais material da questão, com o aspecto econômico. Vive "da" política como profissão quem trata de fazer daí uma fonte permanente de rendimentos; vive "para" a política quem não está nesse caso (Weber, 2000, p. 27-28, grifo do autor).

Passando então à análise dos discursos, em primeiro lugar, um dos aspectos nos quais se observa a aproximação entre a representação pública e a representação teatral refere-se à personalização do poder ou à *personalização da política*. Questionado sobre sua trajetória como vereador na cidade, V5 se defende, sem que tenhamos remetido a algo que pudesse indicar a personalização de um desejo pessoal pelo poder, afirmando o seguinte:

Olha eu, na verdade, assim eu não tenho esse ego assim que muita gente que tem a sede pelo poder, prova e tanto que eu tô no quinto mandato [...]. Então inicialmente, ficaria alguém cinco vezes aí, já saía logo pra vice, pra prefeito, mas eu não tenho esse problema assim de ego de querer tá lá em cima assim, eu não sinto muito isso pessoalmente não, então daí que eu nunca tentei querer ser prefeito nem nada, porque também sair prefeito ou vice eu teria que largar praticamente a profissão de médico e eu acho que aí iria prejudicar mesmo, e eu dou muito valor pra profissão de medicina também. Então o que eu vejo é que muita gente fala e é verdadeiro, a gente fala assim, que a gente entra na política por causa dos amigos e você não sai por causa dos inimigos [...]. Quando você vai entrar, os amigo (s) começam a falar que vai votar em você, que vai te dar força, que é bom você entrar, aí você vai e entra [...]. E também não sai por causa dos inimigos [...] porque as vezes você pensa em parar de querer continuar, mas você vê tantas pessoas que não são do bem, que quer entrar só pelo poder, que não vai ajudar as pessoas, que não tem o mesmo pensamento seu, aí você fica sem querer sair, pra não entrar uma pessoa do mal [...] (V5).

O discurso demonstra uma visão extremamente personalizada da política, tanto relativamente ao atual exercício do cargo de vereador, como em relação às possibilidades de "ascensão" ou de recusa em abandoná-lo. O que demonstra exatamente que "se antes a política eram as ideias, hoje são as pessoas, ou as personagens" (Grohmann e Ferreira, 2009, p. 3). Outro vereador, também discorrendo livremente sobre sua trajetória, afirma que gosta de continuar no exercício desta função por questões que se mostram explicitamente pessoais, e não baseadas em ideais políticos ou objetivos relacionados diretamente ao cumprimento de uma agenda política:

[...] na hora de sair (do cargo de vereador) às vezes você não sai porque, [...] eu primeiro assim eu já tenho muita gente que, de uma forma ou de outra, eu sempre venho ajudando, do ponto de vista político, tanto pela minha pessoa, por ter uma ligação muitas vezes com o prefeito, com o aposentado, tem muitas pessoas que eu venho ajudando e eu fico com dó de sair e não ter essa pessoa de ligação para essas pessoas que vai fazer falta [...]. Então daí que é o lado de querer continuar (V2).

Além de revelar um caráter assistencialista no exercício de sua função, observa-se a *idealização de um personagem político*, que seria a de um pai ou herói para as pessoas que diz diretamente ajudar. Segue outro discurso que demonstra a idealização de um personagem:

[...] eu tenho uma coisa mais forte, eu sou muito católico, [...] um papa algum tempo atrás aí disse o seguinte, que um político bem intencionado é um privilegiado em fazer o bem, ou seja, se o político quer ajudar as pessoas ele tem como fazer isso, e o padre, um outro padre, já falou para mim, você se encaixa muito bem nisso que o papa falou, então não desiste, não sai não, você tá sempre ajudando muita gente, você consegue fazer isso bem feito, então continua, então com isso também era um motivo a mais para continuar aí na política (V5).

Percebe-se, nesse sentido, a idealização do político como herói e, também, o papel do político *igual a todo mundo*, que são exatamente dois dos papéis típicos de políticos considerados por Schwartzberg (1977). O político *igual a todo mundo* pode ser observado quando V3 afirma: "Quando eu ouço as pessoas, [...] eu procuro sentir na pele aquilo que eles sentem [...]. Porque eu venho de uma família humilde, uma família simples, as dificuldades que nós passamos [...]" (V3).

Também remetendo à construção de um personagem político, V4, que demonstrou se preocupar muito com sua eloquência, ressaltou muito em seu discurso sua habilidade em falar e discursar, como assumindo um personagem que todos desejariam "assistir". Ao comentar "eu já falo mais que o homem da cobra, né" (V4), o vereador analogamente demonstra a visão da existência de *espectadores* de sua *performance*, assim como ocorre nos meios urbanos com indivíduos que se apresentam como "o homem da cobra", atraindo um significativo número de curiosos. A noção do exercício de um personagem assistido por espectadores se reforça quando V4 declara: "[...] eu sigo fielmente o meu papel, eu sou um dos campeões de projetos aqui na casa, de requerimentos é [...] *solenidades*, essas coisas que nós temos na cidade são muitas né, eu procuro ir em todas as partes que eu sou convidado [...]" (V4).

Como já foi comentado, o fato de todos os vereadores, exceto um, viverem para a política e não da política, faz com que haja uma transição entre o assumir o papel de um profissional e o *assumir o papel de político*. Relativamente ao último, há toda uma preparação e o que se compararia a um processo de caracterização de um personagem (semelhante a fases de laboratório para atores, por exemplo). Isto demonstra que para os vereadores não há ainda uma naturalidade no exercício da representação, assim como não são naturais e próprias do ator as características dos personagens que eventualmente interpreta.

[...] é que eu como médico sempre consegui separar muito a medicina do vereador, e o que se fala antes, aí e em outras cidades, é que quando a pessoa tentou separar, não deixou de usar a medicina muito assim na política. Eu tô separando bem uma coisa da outra, tô pela quinta vez eleito, então eu acho que eu tô sabendo trabalhar bem essas duas situações (V5).

Além da transição entre os dois papéis, o fragmento apresentado demonstra o que já foi citado de Hobbes (1983, p. 96): "Ao representar, procuramos nos distanciar de nós mes-

mos", o que busca fazer V5, em relação à sua formação "natural" como médico, ao assumir-se como político (enquanto vereador, vivendo para a política e não da política). Nesse processo, há ainda uma *preocupação com a imagem* que está sendo passada para os representados (espectadores): "[...] então você tem que ter [...] procurar sempre ter uma postura, para você mostrar na sua cara que você está preparado para o cargo, então eu acho isso muito importante, que te molda, faz com que as suas ações sejam cada vez mais eficazes" (V4).

É interessante que o único vereador que se dedica integralmente à função (vive da política), estando em seu sexto mandato consecutivo, demonstra também não só uma preocupação com sua imagem, mas, subjacente à mesma, toda uma preparação para assumir o papel de vereador, que envolveu inclusive formação de nível superior:

Bom, então eu acho que eu represento bem meu papel, porque antigamente, por exemplo, eu tinha vergonha, porque eu trabalhava num armazém, numa mercearia. E aí eu saí e fiquei com tempo integral para trabalhar na câmara. Hoje [...] estudei, fiz Direito, sou bacharel em Direito, e hoje eu dedico, a minha dedicação é exclusiva [...] é para o cargo. Eu acho que hoje [...] eu já não tenho mais vergonha de falar que eu só vivo em função da política, que o meu trabalho hoje eu encaro como a política. Eu deixei tudo, a minha vida, e dedico tudo exclusivamente para o meu cargo e para poder atender bem as pessoas e tudo o que o cargo exige (V4).

A aproximação da representação pública com a teatral fica ainda mais evidente quando os vereadores são questionados sobre o modo como se sentem em relação a estarem sendo assistidos pela população nas sessões da Câmara Legislativa, revelando mais uma vez a personalização do poder e da política, como também aspectos que se aproximam do espetáculo, tais como a preocupação com a *performance*, um incentivo ao ego, e a sensação de estar em um palco (o que implica uma sensação de destaque e poder por parte dos vereadores).

Bom, queira ou não, o fato de ter um público assistindo, faz com que você tenha uma performance, queira ter uma performance melhor, entendeu? Não quer dizer que você fosse fazer uma coisa ruim, então é muito salutar... é muito saudável. [...] É um incentivo, a vaidade humana existe, né, não adianta falar que não, por mais humilde que a gente seja, você faz um pouquinho mais do que se você não tivesse sendo observado (V1).

Olha, a sensação é boa, no sentido de que eu me sinto assim lisonjeado, me sinto importante [...] (V5).

Outro fragmento relacionado à mesma pergunta realizada demonstra mais claramente a visão de representação teatral, principalmente por remeter a aspectos considerados fundamentais pela teoria dramática para que um ator possa de fato incorporar um personagem, convencendo e sensibilizando os espectadores, o que se relaciona a um nível dos *sentimentos*:

[...] eu procuro diferenciar as vezes o V3 representante e V3 pessoa, como que eu posso te explicar isso [...] eu procuro sentir na pele aquilo que eles sentem, quando eu tô reunido no meio, quando eu vou representar e falar no nome deles, eu procuro sentir [...] eu procuro representar, como se fosse vamos dizer assim, todo sentimento deles, para tá realmente de fato, [...] sensibilizando, [...] então eu quero ser essa voz com clareza na câmara de vereadores ou aonde eu tiver (V3).

Percebe-se claramente um exercício de preparação para a representação, que objetiva como resultado passar uma imagem de adequada apropriação dos sentimentos do representado. Ou seja, pode-se dizer, analogamente, que, se o desempenho do vereador, nesse objetivo, for satisfatório, ele consegue atuar bem como um personagem que tem como característica principal a compreensão da voz do "povo" e, mais ainda, que "fala a língua" de seu público-alvo.

A discussão sobre a implantação de uma TV local destinada às transmissões ao vivo do que ocorre na Câmara dos Vereadores reforça a já discutida intensificação da potência do acionamento da dimensão espetacular da política (Rubim, 2002), no que se refere a uma presença ainda mais relevante das dimensões aqui discutidas: a personalização da política, a idealização do personagem político, a noção da existência de espectadores, o assumir um papel político e a preocupação com a imagem. Os seguintes fragmentos demonstram exatamente a presença maior dessas dimensões:

[...] as reuniões são ao vivo pela TV, tem uma audiência enorme, então ali o vereador mostra a cara dele [...] (V6 – preocupação com a imagem diante de espectadores).

Eu acho muito bom, porque a televisão é o seguinte, ela te faz, ou ela te derruba, então depende do seu caráter, da sua postura, [...] porque televisão é imagem (V4 – preocupação com a imagem e personalização da política).

Procuro usar um português correto, porque as pessoas estão assistindo, e as pessoas ficam doidas pra pegar um errinho, [...] o cara fica te olhando lá para procurar os defeitos e te ligar, "ô, você falou uma palavra errada, assim, assado". Então o povo liga, manda e-mail, manda mensagem, então você tem que está preparado pra fazer um bom trabalho (V1 – trabalho: manutenção de uma boa postura e imagem para os espectadores).

Muito importante. Às vezes eu vou na casa dos outros dar injeção, pois é o meu serviço, eu vou em 10, 12 casas por dia... em casas diferentes, e todos falam: eu vi você na reunião da câmara [...], você está certo, tem que brigar, fazer e acontecer (V6 – o assumir o papel de político interferindo no seu efetivo papel, o de médico; personalização da política).

[...] Como pouca gente vai lá (na sessão da Câmara), a TV Legislativa abriu isso. Você fica lá na sua casa e assiste. Você pode lanchar... veja (risos), é... porque você ficar três horas, o número de pessoas que assiste é muito grande (V1 – espectadores assistindo a um espetáculo).

[...] pela TV Câmara, [...], ela aumentou muito a audiência [...], então eu tô achando que [...] aumentou o interesse do povo de ver a atuação dos parlamentares (V3 – espectadores assistindo a um espetáculo).

Muito, porque as pessoas te cobram, te elogiam, né. Te mostram aquilo que está acontecendo, e eles sempre querem que a gente fale aqui os problemas de bairro dele, na comunidade dele, mesmo que não são problemas municipais, mas problemas estaduais. Então o povo vem, e pede pra que a gente fale, ontem mesmo veio quatro pessoas aqui, a respeito do INSS [...] e eu vou falar na reunião [...] (V4 – os representados participando da construção do script a ser adotado na sessão).

Outro elemento observado no discurso dos vereadores é a preocupação com o que, analogamente, se poderia chamar de figurino na composição de seu papel de vereador durante as sessões transmitidas pela TV: “[...] com a TV, assim, as reuniões a gente vem de terno, eu acho que é uma postura que o vereador tem que ter” (V4).

Nesse sentido, assim como os vereadores se preocupam com a imagem transmitida pelo modo como se vestem, Araújo (2009) destaca a importância do figurino no processo de construção da personagem pelo ator, considerando que o mesmo possa mudar e contribuir para sua concepção. Analisando empiricamente a preparação de uma escola de teatro para montagens de peças teatrais, a autora justamente identificou como o acréscimo de elementos ao figurino construía evidências para a definição das personagens, em que há a “criação de um *dentro*, uma *outra subjetividade* a partir da colocação de um figurino” (Araújo, 2009, p. 178).

Além disso, pode-se dizer que a escolha da roupa, para os vereadores, faz parte do processo de preparação da construção do papel de vereadores, de representantes de uma população que age como espectadora no momento das sessões legislativas, já que, analogamente, na teoria dramática, o figurino do ator “constitui muitas vezes o primeiro contato, e a primeira impressão, do espectador [a respeito] do ator e sua personagem” (Pavis, 2003, p. 163). Assim, “cabe então ao figurino e a alguns acessórios orientar a visão, a interpretação, enfim a leitura do espectador” (Roubine, 1998, p. 150).

Dessa forma, iniciando uma discussão sobre os resultados, pode-se afirmar, de posse dos discursos dos vereadores do município estudado e frente ao referencial teórico apresentado, que tais discursos de fato demonstram uma aproximação com alguns pressupostos da representação teatral, pressupostos esses que fazem com que a política adquira elementos de uma encenação. Assumindo características de uma cena, o processo de representação nem sempre implica a adoção de um processo dialógico de “construção dessa cena”. Além disso, por meio de estudo que visava verificar a apropriação ou não, por parte dos vereadores desse mesmo município, dos pressupostos da gestão social – que implicaria a dialogicidade do processo decisório (conforme Tenório, 1998, 2008), Pimentel *et al.*, (2010) concluíram haver um distanciamento significativo desses pressupostos no discurso dos vereadores.

Considera-se, em contrapartida, que o processo de representação assumido pelos vereadores influencie no estabelecimento ou não de um processo legislativo mais dialógico e mais participativo, do ponto de vista da abertura dada à população. Assim, para que a relação dicotômica entre representante e representado permitisse uma atuação do Legislativo mais direcionada para a participação do cidadão, entende-se que seria necessário que ambos (representante e representado) participassem do “teatro” das relações sociais. Ou seja, que o cidadão deixasse de configurar como simples espectador para ser também um protagonista, ou, até mesmo, diretor das tomadas de decisões concernentes à representação pública.

Portanto, entende-se que se é para ser teatro, que seja então dialógico. Ou seja, que se crie uma relação coletiva entre o representante (pessoa que pratica o teatro) e representado (pessoa que assiste) de forma que ambos participem da transformação social. A própria teoria teatral nos traz a resposta acerca de uma metodologia cuja essência poderia ser apropriada na representação pública, para que houvesse de fato um processo dialógico na construção da “cena política”. Trata-se do Teatro do Oprimido:

O teatro é uma arte coletiva, como tal precisa estabelecer uma relação entre as pessoas que o praticam e quem o assiste. Quando se fala do Teatro do Oprimido, [...] trata-se de um teatro que possa dar conta de uma situação precisa, no universo das relações sociais, de certa camada da população subjugada pela dependência, seja ela psicológica ou física. [...] o Teatro do Oprimido busca a transformação do espectador, ser passivo, em protagonista da ação dramática, sujeito, criador, transformador [...]. O Teatro do Oprimido é um conjunto de exercícios, jogos e técnicas teatrais que objetivam a desmecanização física e intelectual de seus praticantes e a democratização do teatro. Criando condições práticas para que o oprimido se aproprie dos meios de produzir teatro e amplie suas possibilidades de expressão, além de estabelecer uma comunicação direta e ativa entre espectadores e atores. [...] no Teatro do Oprimido não há espectadores, e sim observadores ativos. [...] propondo o diálogo como meio de refletir e buscar alternativas para conflitos interpessoais e sociais (Dall’Orto, 2008, p. 1-2).

Por meio da incorporação da essência do Teatro do Oprimido, que se utiliza de uma metodologia de intervenções, por exemplo, a representação política deixaria de ser, assim como defende Araújo (2006), um simples “estar em lugar de”, mas também uma relação em que o representante complete e não meramente substitua o representado. Ou seja, considera-se que

[...] o representado é a face social do instituto da representação, enquanto o representante/ator é sua face política, sua expressão através de uma forma que busca transformar a percepção social do conflito. Uma não é nem deve ser o espelho da outra, e sim suas faces complementares, ao mesmo tempo em comunicação e tensão recíprocas (Araújo, 2006, p. 249).

Dessa forma, parte-se então para as considerações finais do presente estudo.

Considerações finais

Observa-se que há nos discursos dos vereadores do município estudado significativas aproximações com elementos da representação teatral. O que não significa, contudo, que "tudo" seja encenação, ou que se apresente uma visão extremista que considere a atuação teatral em todas as ações dos políticos entrevistados. O que se sugere, aqui, é uma visão mais crítica da representação política. Tal visão pode ser proporcionada por intermédio das relações desta com aquela de natureza teatral, as quais já são estabelecidas na literatura, como se pôde observar no referencial teórico da pesquisa.

Nesse sentido, acredita-se que uma representação política que assuma aspectos de um teatro no qual os cidadãos sejam meros espectadores após a escolha de seus representantes se distancie da dialogicidade que seria importante para a participação destes nos espaços decisórios da esfera pública.

Sendo crítico, o artigo pretendeu desnaturalizar um fenômeno, que é a representação política, desfazendo o trabalho de construção de uma racionalidade sob uma máscara de ciência e, principalmente, de naturalidade. Além disso, atendeu à defesa de Habermas por uma "práxis política que questione as estruturas sócio-político-econômicas existentes" (Tenório, 1998, p. 12). Tal questionamento se deu, portanto, tanto no que se refere à aproximação da representação política com uma representação teatral, como em relação a seu distanciamento da garantia de uma gestão pública de caráter social, que permitiria uma cidadania plena e deliberativa.

Por fim, um risco que se aponta para a observada aproximação da representação política com a teatral é um fechamento da "cena" em si, ou seja, a não instrumentalização de uma representação que permita o envolvimento efetivo dos representados (espectadores) na escolha do "roteiro" político a ser empreendido.

Como limitação do presente estudo que se reverte em sugestão para futuros está a não utilização de resultados de observações participantes nas sessões da Câmara Legislativa do município, que poderiam trazer novos *insights* para a questão da representação nos moldes teatrais, embora as pesquisadoras tenham realizado tais observações. Porém, por questões de limitação de espaço para uma adequada exploração de tais resultados, optou-se por destiná-los a outro estudo específico.

Referências

ALDÉ, A. 2004. *A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 216 p.
 ARAÚJO, C.P. 2009. *Ensaio sobre o ator: a criação de si e o aprendizado da atuação*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 315 p.
 ARAÚJO, C. 2006. Representação, retrato e drama. *Lua Nova*, 67:229-260.
 BORRECA, A. 1993. Political dramaturgy: a dramaturg's (re)view. *The Drama Review*, 37(2):p. 56-79. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1146249>. Acesso em: 06/03/2010.

BOURDIEU, P. 1989. Representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: P. BOURDIEU, *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, DIFEL, p. 163-208.
 CARLSON, M. 1996. *Performance: A critical introduction*. London/New York, Routledge, 276 p.
 DALL'ORTO, F.C. 2008. O Teatro do Oprimido na formação da cidadania. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, 5(2):1-16.
 DEBORD, G. 1997. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 240 p.
 FONSECA, A.A. da. 2007. A imaginação do poder: o teatro da política na encenação da legitimidade. *Contracampo*, 16:167-182.
 GHIGLIONE, R.; MATALON, B. 1998. *Les enquêtes sociologiques: théorie et pratique*. Paris, Armand Colin, 304 p.
 GODOY, A.S. 1995. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3):20-29.
 GOFFMAN, E. 1999. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 236 p.
 GOMES, W. 2004. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo, Paulus, 452 p.
 GROHMANN, R.N.; FERREIRA, R.T.T. 2009. Os personagens televisivos e a personalização da política nas eleições de Juiz de Fora em 2008. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXXII, Curitiba, 2009. *Anais...* Curitiba, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, p. 1-15.
 HERMANY, R.; FRANTZ, D. 2008. O papel do Legislativo na implementação de políticas públicas locais para a efetivação da cidadania: uma abordagem a partir da teoria humanista. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, XVII, Brasília, 2008. *Anais...* Florianópolis, CONPEDI, p. 6191-6218.
 HOBBS, T. 1983. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo, Abril Cultural, 419 p.
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2010. Perfil dos municípios. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm>. Acesso em: 05/05/2010.
 MARQUES, W.L. 2009. *Diário de um empreendedor: a real informação para os gestores de sucesso*. Cianorte, Editora Bacon, 429 p.
 MARTIN, M. 1990. *A linguagem cinematográfica*. São Paulo, Brasiliense, 279 p.
 MENDONÇA, D. de. 2004. Notas sobre o "efeito de presença" da representação. *Revista Sociologia Política*, 23:79-87.
 PAVIS, P. 2003. *A análise dos espetáculos: teatro, mímica, dança, dança-teatro, cinema*. São Paulo, Perspectiva, 324 p.
 PIERINI, V.L.; LIMA, J.B. 2001. *Estratégias deliberadas e emergentes em empresas de comercialização de produtos de informática*. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, V, Ouro Preto, 2001. *Anais...* Ouro Preto, Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/conifef/anais/OGT/cogt02.htm>. Acesso em: 22/06/2008.
 PIMENTEL, M.P.C.; TEIXEIRA, J.C.; ARAÚJO, P.G. de. 2010. A gestão social na administração pública municipal: aproximações e resistências no discurso dos vereadores de um município de Minas Gerais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD – ENEO, VI, Florianópolis, 2010. *Anais...* Rio de Janeiro, Anpad, p. 1-17.
 PITKIN, H. 1967. *The concept of representation*. Berkeley, University of California Press, 323 p.
 PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). 2000. Relatório de desenvolvimento humano: 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/home>. Acesso em: 05/05/2010.
 RIBEIRO, J. 2009. Resenha de "discurso político". *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, 9(1):181-185.
 ROUBINE, J.-J. 1998. *A linguagem da encenação teatral*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 240 p.

- ROUSSEAU, J.-J. 1978. *Do contrato social*. São Paulo, Abril Cultural, 211 p.
- RUBIM, A.A.C. 2002. Espetáculo, política e mídia. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 11, Rio de Janeiro, 2002. *Anais...* Rio de Janeiro, p. 1-37. Disponível em: <http://vsites.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Albino2002.pdf>. Acesso em: 13/03/2010.
- SANTANA, J.E. 1995. *Roteiro prático do vereador: teoria – prática – legislação*. Belo Horizonte, Editora Del Rey, 367 p.
- SCHWARTZENBERG, R.-G. 1977. *O Estado espetáculo*. São Paulo, Circulo do Livro, 350 p.
- SPOSTI, D.L. 1983. *Roteiro prático do vereador*. Bauru, Editora Jalovi, 100 p.
- TEIXEIRA, J.G.L.C. 1998. Análise dramaturgica e teoria sociológica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(37).
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000200005>
- TENÓRIO, F.G. 1998. Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*, 32(5):7-23.
- TENÓRIO, F.G. 2008. (Re)Visitando o conceito de gestão social. In: J. SILVA Jr.; R. MÂSIH (orgs.), *Gestão social: práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza, Imprensa Universitária, p. 1-17.
- THOMPSON, J. 1998. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, Vozes, 264 p.
- WEBER, M. 2000. *A política como profissão*. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 103 p.

Submetido: 10/03/2011
Aceito: 18/07/2011